

A REDE DA INDÚSTRIA DO AÇUCAR: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DE IGARASSU-PE

Julia da Rocha Pereira

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Superintendência do Iphan em Pernambuco

juliarpereira@gmail.com

(IPHAN-PE, Arquiteta e urbanista pela UFPE e mestranda no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural)

RESUMO

O artigo investiga a relação entre a economia açucareira e a construção do território de Igarassu, em Pernambuco. Os modos de produção, as formas de escoamento, a organização social e a maneira de ocupação da região foram fortes condicionantes na formação, ainda no período colonial, da Vila de Igarassu. O estudo teve como norteadores as conexões, os caminhos por terra e por água, desta vila com Olinda, Recife e a Ilha de Itamaracá. A análise territorial de Igarassu, a identificação de seus exemplares edificados e manifestações culturais, com a incorporação das leituras e percepções de seus moradores, permite constatar que esses elementos se constituem na sua significância cultural. E, por sua natureza, evidenciam a necessidade de incorporar novos modelos de gestão e preservação do território, que garantam a manutenção da relação existente entre os elementos de significância, bem como, que considerem as particularidades destes bens nas práticas preservacionistas.

Palavras-chave: território, engenhos, patrimônio cultural.

APRESENTAÇÃO

Os engenhos de cana-de-açúcar podem ser entendidos como os primeiros exemplares da atividade industrial no Brasil. São tipologias arquitetônicas que, até hoje, elucidam as etapas e procedimentos fundamentais à produção do melaço, do açúcar e da cachaça. Estes exemplares evidenciam também as formas de escoamento, a articulação funcional entre os edifícios e materializam em seus arranjos espaciais a conhecida “*sociedade do açúcar*”. Segundo Cristina Meneguello¹, “os engenhos podem ser considerados patrimônio industrial porque, embora não se refiram ao período da Revolução Industrial ou mesmo posterior, são registros do trabalho humano, do maquinário, das ferramentas e processos de produção que consideramos patrimônio industrial” (MARIUZZO, 2006).

A discussão sobre a preservação destes exemplares vem paulatinamente ganhando força no país, o que possibilita a reflexão e aprofundamento sobre os impulsos, usos e entraves decorrentes de intervenções nestas áreas. De acordo com a Carta de Nizhny Tagil, de julho/2003, o patrimônio industrial compreende:

¹ Historiadora da Unicamp e presidente do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil).

“(...) os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.”

Deste modo, fica clara a abrangência e a leitura sistêmica do bem em questão, o que favorece a identificação e valoração das partes que o compõe, bem como das dinâmicas de transformação das relações entre os diversos elementos deste sistema.

O documento evidencia ainda os valores do bem enquanto testemunho com profundas consequências históricas; social, como maneira de registrar a vida de homens e mulheres comuns; identitário; valor científico e tecnológico; estético; de raridade e “registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições” (TICCIH, 2003).

Esta abordagem abrangente permite constatar que as questões relativas à preservação dos engenhos assumem novos contornos no tocante à atribuição de valor quando se referem a um sistema de produção, e não a um monumento isolado. Deve-se, portanto, incluir como objeto de análise, dentre outros, os elementos físico-ambientais que condicionaram a ocupação do território, a exemplo dos rios, matas, linhas férreas, estradas de rodagem; e as articulações que foram estabelecidas entre os engenhos, suas respectivas áreas de cultivo/plantio e centralidades. Torna-se, portanto, pertinente a abordagem em diferentes escalas, uma vez que este procedimento metodológico viabiliza a compreensão de bens desta natureza, ao mesmo tempo em que possibilita a definição de novas estratégias de gestão e preservação para tais casos.

O AÇÚCAR EM PERNAMBUCO

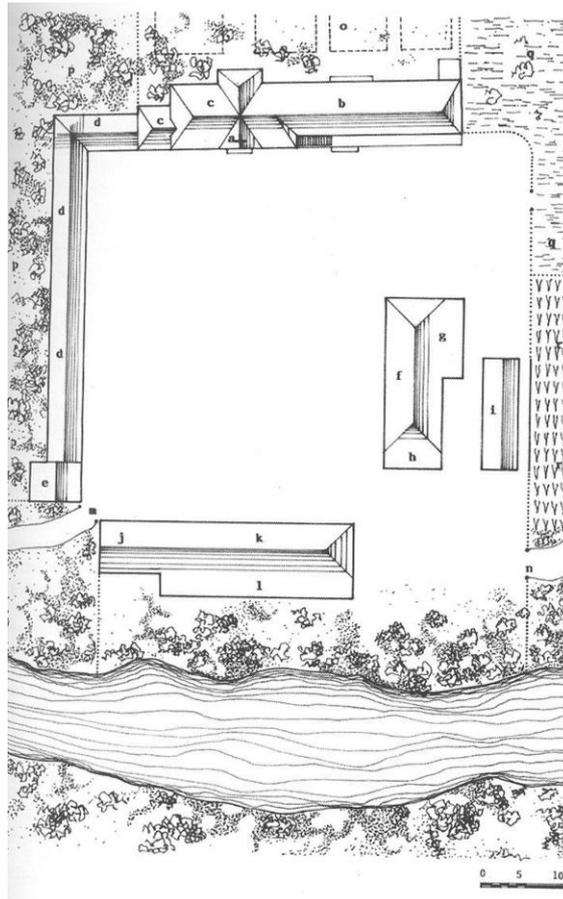
A história do nordeste brasileiro, sobretudo do estado de Pernambuco, está intrinsecamente ligada à economia açucareira. A produção do açúcar era de fundamental interesse da Coroa Portuguesa, visto que essa especiaria foi, até meados do século XIX, o principal produto de exportação do Brasil.

A exploração da cana-de-açúcar, no estado de Pernambuco, concentrou-se em uma área específica, a *Zona da Mata*, devido à composição do solo (*massapê* e barro vermelho) e às precipitações pluviométricas, que variavam de 700 a 2.500mm ao ano. Esta Zona, por sua vez, estava dividida em duas sub-regiões: *Mata úmida*, situada ao sul do Recife, e *Mata Seca*, ao norte (SILVA, 1997).

A paisagem, hoje monótona, resultado das extensas plantações da cana-de-açúcar na *Zona da Mata*, é o produto da transformação das densas florestas em terrenos férteis para o cultivo da especiaria. As madeiras retiradas das matas para possibilitar o plantio da cana-de-açúcar, como jacarandá e sucupira, foram bastante utilizadas na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1775 (ANDRADE, 1974, p. 27 apud SILVA, 1997, P.18). O solo massapê foi extremamente favorável ao plantio da cana-de-açúcar, que ficou conhecida por sua qualidade e pela rápida colheita advinda de seu plantio.

Porém, o principal condicionante da ocupação e prosperidade dos engenhos, em Pernambuco, foi a água, especificamente os cursos ou caminhos d'água que protagonizavam como força motriz dos engenhos e, ainda, como meio de escoamento da produção. Além deste, outros fatores que impulsionaram a sua implantação foram: a proximidade de matas e florestas - que forneciam matéria prima para as fornalhas - e a distância relativa das tribos indígenas, que representavam ameaça, levando-se em conta os deficientes sistemas de defesa dos. No século XIX, entretanto, os referidos fatores foram relativizados, uma vez que as linhas ferroviárias viabilizaram novas formas de transporte da produção e o bagaço da cana passou a ser utilizado como combustível (SILVA, 1997, p.23).

A denominação *engenho* referia-se, inicialmente, a um dos edifícios do sistema produtivo: a *moita* ou *fábrica*. Em um mesmo edifício era feita a moagem e o cozimento do caldo da cana-de-açúcar e, posteriormente, seguia para um edifício próximo, a *casa de purgar*, onde era realizado o branqueamento do açúcar. Existiam ainda a *casa-grande* ou *casa de vivenda*, que se destinava à moradia do proprietário, as *senzalas*, moradias dos escravos e pequenas capelas destinadas ao culto religioso católico (SILVA, 2002). Na atualidade, no entanto, a palavra *engenho* passou a designar todo o conjunto de edifícios que compõe o sistema.



Plano geral de um engenho elaborado por L. L. Vauthier. Sendo: a. Capela, b. Casa-Grande, c. Quarto para os hóspedes, d. Senzalas, e. Sobradinho, casa do administrador, f. Alpendre para os cavalos da moenda, h. Telheiro acima da fornalha, i. casa do bagaço, j. Estrebaria, k. Casa de purgar, l. Alpendre da olaria, m. n. Portões de acesso ao engenho, o. Horta, p. Terreno para plantio de mandioca, q. Pasto, r. Campos de cana-de-açúcar. Fonte: *Arquitetura e Engenho*, de Geraldo Gomes da Silva, 1997.

OS ENGENHOS EM IGARASSU

A porção territorial, atualmente denominada Igarassu, encontrava-se, no século XVI, ocupada por tribos indígenas, sobretudo pela tribo dos *Caetés*. Em 1516, foi implantada a *Feitoria de Pernambuco* em local hoje conhecido por Sítio dos Marcos, pois nesta área posteriormente foram fincados os marcos de pedra divisórios das Capitanias de Itamaracá e de Pernambuco, por meio da qual os portugueses exploravam o pau-brasil e detinham o controle no comércio da especiaria.

As ameaças de conquista do território pelos franceses e a necessidade de implantação de uma forma de ocupação que garantisse maior proteção à terra conquistada fizeram com que, em nove de março de 1535, o donatário Duarte Coelho Pereira aportasse no então *Porto de Pernambuco*, desembocadura do canal de Santa Cruz, permanecendo no local por tempo indeterminado. Em vinte e sete de setembro de 1535, após vitória dos portugueses sobre os índios *Caetés*, fundou-se Igarassu e

foi construída sua matriz em homenagem aos santos protetores na batalha contra os índios, os Santos Cosme e Damião (BARRETO, 2007; LEMOINE, 2008).

Poder-se-ia considerar a possibilidade de implantação de uma vila no mesmo local onde se encontrava a *Feitoria de Pernambuco - Sítio dos Marcos* - entretanto, muitos estudiosos da área levantam a hipótese de que o local era inseguro e possibilitava o aprisionamento do donatário em um possível cerco, apenas limitando a passagem nas duas extremidades longitudinais da Ilha de Itamaracá (LEMOINE, 2008).

Por isso, provavelmente, adotou-se a opção de ocupar a porção territorial mais a oeste do rio Igarassu, conhecido atualmente como rio São Domingos. Frei Vicente do Salvador, em sua publicação "*História do Brasil*", capítulo 08, Vol. II, páginas 108-111, descreve a criação da vila:

Dalli (do povoado denominado Marcos, às margens do Rio Igarassú), deu Duarte Coelho ordem de se fazer a Villa de Igarassú uma légua pelo rio dentro, do qual tomou o nome, e também se chama a villa de S. Cosme e Damião, pela igreja matriz que tem deste título e orago, a qual mui freqüentada dos moradores da villa de Olinda que dista dela quatro léguas, e de outras partes mais distantes, pelos muito milagres que o senhor faz pelos merecimentos e intercessão dos santos.

Esta Villa encarregou Duarte Coelho a um homem honrado, vianezz, chamado Affonso Gonçalves, que já o havia acompanhado à India. Da Villa de Igarassú, ou dos santos Cosmos, mandou vir de Vianna seus parentes, que tinha muitos e mui pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos, e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores que já havia, plantando mantimentos e cannas de assucar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho. E em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saham da villa, com seus resgates ou sem elles, cada vez que queriam"(SALVADOR, 1627 apud FOUQUET 1944).

Como bem retrata Frei Salvador na citação acima, os primeiros propulsores do desenvolvimento econômico da *Villa de Igarassu* foram os engenhos e o que viria a ser a "grande rede da indústria do açúcar". Assim como Igarassu, a partir da segunda metade do século XVI, Itamaracá também já possuía alguns engenhos. "*Em 1550 havia cinqüenta engenhos de açúcar no Brasil, Em 1584 já havia cerca de 118 (...)* Durante os quarenta anos seguintes o número de engenhos e a produção anual

dobraram, e em 1623, às vésperas da invasão holandesa, havia cerca de 350 engenhos de açúcar no Brasil” (RUSSELL-WOOD, 1981, p.41 apud IPHAN, 2010).

Em 1584, segundo informações de Joseph de Anchieta citadas por Capistrano Abreu, na primeira edição das *“Denúncias e Confissões de Pernambuco”* (1929):

A população de Capitania de Pernambuco (...) seria de oito mil brancos, dois mil índios mansos, e de dez mil escravos de Guiné e Angola. Naquelle tempo moíam sessenta e seis engenhos, que cada um era uma boa povoação; lavravam-se em alguns annos duzentas mil arrobas de assucar, e os engenhos não podiam esgotar a canna, moendo-as de três e quatro annos. Quarenta navios ou mais, que fossem a Pernambuco, não chegariam para transportar todo o assucar (FUNDARPE, 1984 apud IPHAN, 2010, p. 17).

A documentação relativa aos engenhos situados na *Zona da Mata Seca* é, todavia, escassa, porém a partir de pesquisas realizadas no Museu Histórico de Igarassu, é possível obter maiores informações sobre dois dos principais engenhos da região de Igarassu: Engenho Araripe e Engenho Inhamã, que se ramificaram e se subdividiram dando origem a outros engenhos.

O engenho Araripe, segundo o Departamento de Pesquisa Histórica do acima mencionado museu, já figura nos documentos desde 1584 sob posse do florentino Felipe Cavalcanti. Com efeito, na cartografia de Johannes Vingboons de 1665, este engenho já aparece dividido em duas propriedades distintas: Araripe de Cima e Araripe de Baixo. A capela, sob a invocação de Santa Luzia, já figurava desde 1770 nos livros que registravam os batismos da Paróquia dos Santos Cosme e Damião. No entanto, na década de 1970, foram demolidos a capela, a casa-grande e outros edifícios do conjunto que compunha o engenho Araripe visando à construção da Companhia Agro-industrial de Igarassu – CAII (NETO, 2007).

O Engenho Inhamã, por sua vez, data de aproximadamente fins do século XVI, segundo o livro de Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593/95. Era de propriedade de Antônio Jorge e Maria Farinha e foi, em parte (800 braças de quadra), em 1600, desmembrado e doado aos jesuítas do colégio de Olinda para posterior construção do Engenho Monjope.

Posteriormente, no ano de 1632, o engenho Inhamã pertenceu a André Coelho de Faria e serviu de abrigo para os holandeses que se preparavam para atacar a Vila de Igarassu. Segundo a descrição de dois documentos holandeses: *Breve discurso sobre*

o *Estado das quatro Capitanias Conquistadas* (1638) e o *Relatório sobre o Estado das Capitanias Conquistadas* (1639) o engenho Inhamã foi assim caracterizado:

i - Engenho Aiama de Riba, sob a invocação dos Fiéis de Deus. Pertenceu a Pero da Rocha Leitão, que foi enforcado no arraial por ter correspondência conosco; pertence agora aos seus herdeiros, é engenho d'água e mói. ii - Engenho Aiama de Baixo, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, pertencente a Manuel Jácome Bezerra, que ficou conosco; é engenho d'água e mói.

O engenho de propriedade jesuíta mais famoso no estado de Pernambuco foi o engenho Monjope, doado em 1600, conforme anteriormente mencionado. Já em 1679, foi “*residência autônoma e distinta*” e em 1692 já possuía cerca de cem trabalhadores escravos. Entretanto, a produção não correspondeu à expectativa, atingindo seu ápice em 1742, ano no qual produziu vinte e duas caixas de açúcar. Em 1756, foi construída sua capela, dedicada a São Pedro, que foi, em 1816, restaurada e, posteriormente, remodelada em 1926 para a construção de sua torre. As demais construções que perduram até hoje também datam do século XVIII.

Em dezembro de 1859, o imperador D. Pedro II visitou e pernoitou neste engenho e sobre este escreveu em seu diário: “... Às 5 e 10, parti caminho do norte e 8 menos 10 cheguei a Monjope,... que é grande, bem situada, o que não admira pois foi dos Jesuítas...”. O engenho foi hipotecado à Companhia Beberibe, porém por problemas com o pagamento, foi comprado em hasta pública por Vicente Antônio Novelino (NETO, 2007).



Atual estado de conservação do Engenho Monjope. Foto da autora

DOS CAMINHOS DAS ÁGUAS À INDÚSTRIA

A partir da observação da cartografia de Johannes Vingboons, de 1665, é possível perceber a localização estratégica da Villa de Igarassu neste sistema de produção açucareira, uma vez que os caminhos d'água e por terra convergiam para Igarassu e facilitavam o escoamento da produção pelo Canal de Santa Cruz, no *Porto de Pernambuco* ou *Pernambuco Velho*. O aproveitamento dos recursos hídricos e da situação geográfica favorável foram determinantes para a implantação da vila que se constituiu em centro de abastecimento e de trocas comerciais.



Cartografia com os limites entre as capitânicas de Pernambuco e Itamaracá, de Johannes Vingboons, 1665. **Fonte:** Acervo do Museu Histórico de Igarassu.

A articulação desse sistema viabilizou maior crescimento econômico da vila, possibilitando a construção do Convento de Santo Antônio (1588), o terceiro convento franciscano do Brasil e segundo de Pernambuco. No ano de 1594 foi criada a freguesia dos Santos Cosme e Damião.

Em maio de 1632, holandeses sob o comando do Cel. Deiderick van Waerdenburch e guiados por Calabar atacaram a então freguesia, saqueando-a e, simultaneamente, ocupando a Ilha de Itamaracá. Sobre a invasão holandesa, Gaspar Barleus afirmou:

A segunda vila, antes povoação do que vila, é Iguaraçu, mais distante do litoral, em frente a Itamaracá e a 5 léguas de Olinda. Habitaram-na outrora portugueses de condição mais humilde, que viviam das artes mecânicas. Caindo, porém, Olinda em nosso poder, até os seus mais opulentos moradores passaram par Iguaraçu. Tomaram-na os nossos a 1º de Maio de 1632, incendiando-a e saqueando-a (BARLEUS, 1647 apud IPHAN, 2010, p. 2).

Em meados do século XVIII, Igarassu perdeu, em certa medida, seu posicionamento estratégico na rota do açúcar, fato este que se deve em parte ao aumento dos calados das embarcações que transportavam a produção açucareira, em função da redução do frete marítimo (IPHAN, 2010). Assim, seu papel portuário foi gradualmente sendo perdido, ao mesmo tempo em que o porto do Recife passou a assumir função bastante importante na rota do açúcar.

A perda da função portuária resultou em estagnação econômica e isolamento das atividades açucareiras e de comércio de Igarassu. Tal situação de decadência encontra-se evidenciada nas anotações do diário de D. Pedro II, em visita a Igarassu em 05 de dezembro de 1859, quando afirmou que a localidade não possuía: “... *nenhum futuro e só a estrada de Goiana poderá lhe dar alguma vida*” (BARRETO, 2007 apud IPHAN, 2010, p. 24).

Além disso, fica evidente a transformação dos modos de produção do açúcar, que passaram, no século XX, de um modo artesanal ao industrial de produção, com a transformação dos engenhos em usinas, tornando necessário o uso de novas tecnologias e uma maior articulação entre as produções. Neste sentido, a ferrovia assumiu um papel fundamental na conexão dos engenhos com as áreas portuárias, bem como definindo novas centralidades na ocupação do estado de Pernambuco. Para a sua implantação, inicialmente estava prevista a construção da Linha Tronco Norte que conectaria Olinda, Igarassu, Goiana e Itambé, esta última localidade situada em área limítrofe com o estado da Paraíba. No entanto, por questões políticas, uma vez que se tratavam de povoações cuja população realizava com frequência manifestações e revoltas, adotou-se novo traçado da ferrovia, excluindo Igarassu do processo de efervescência econômica do estado.

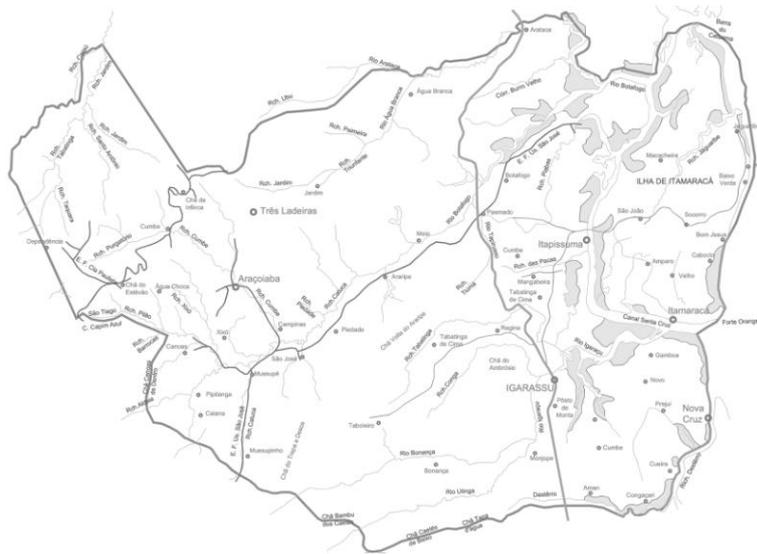
A implantação da ferrovia, portanto, enfatizou o isolamento de Igarassu. Existia no território apenas uma linha férrea particular que articulava a produção dos engenhos da Usina São José (E. F. Us. São José), ainda em atividade. É interessante observar que a referida estrada de ferro particular retomava as conexões feitas pelos caminhos d'água, articulando os engenhos: Mussupinho, Mussupe, São José, Piedade, Araripe, Engenho do Meio, Pasmado e Botafogo.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território foi adotado com o intuito de fundamentar a análise das relações estabelecidas entre o sítio histórico e as demais áreas circunvizinhas. Tal

percepção foi viabilizada pelos estudos, em escala local e regional, que possibilitaram a identificação de novos valores fundamentais à preservação de Igarassu.

O termo “território” utilizado neste trabalho é entendido como a apropriação do espaço, seja por sua posse, ou mesmo, pelo conhecimento e representação (RAFFESTIN, 1993), sendo este considerado, portanto, como local definido e delimitado por relações sociais. Cabe observar, entretanto, a dimensão dialética, na qual o espaço também é projetado em tais relações, não se restringindo, apenas, ao “cenário” destas. A compreensão e hierarquização da projeção mútua - espaço/práticas sociais - permite o conhecimento do sistema de “nós” que estruturam o espaço, territorializando-o. Como Claude Raffestin chega a conceituar: *“toda prática social, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações e comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’, que faz intervir tessitura, nó e rede.”* (RAFFESTIN, 1993, p. 150). É a partir da articulação entre o conjunto de relações e as configurações espaciais que se pode analisar a malha/sistema que constitui tal território, bem como, é possível determinar os “nós” desse sistema (LACOSTE, 1976. SILVEIRA, 1999).



Município de Igarassu - esquema da construção territorial na década de 1950.
Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros do IBGE (1958) Elaboração da autora

Os engenhos retratados no esquema acima podem ser entendidos como alguns dos “nós” do território que se articulam por meio dos cursos d’água, das estradas por terra e da linha férrea particular da Usina São José, enquanto elementos que deram origem a povoados e localidades.

No entanto, a apreensão de tais “nós” sofre variação conforme a escala de análise adotada. Desta forma, a mudança de escala implica, muitas vezes, na alteração da conceituação do problema e a escolha de uma determinada escala possibilitará a observação de fenômenos distintos (LACOSTE, 1976, p. 37).

A questão da escala é extremamente pertinente à discussão da preservação em Igarassu visto que permite a identificação de uma rede ou sistema ao longo do tempo, no qual se destaca a relação de Igarassu com a Ilha de Itamaracá e com os municípios de Itapissuma e de Goiana; e, em nível intra-municipal, a articulação do seu sítio histórico, das centralidades de Três Ladeiras, Nova Cruz e Cueiras, e de grande número de engenhos e povoados. Na análise, merecem destaque as conexões estabelecidas entre esses “nós”, seja por água ou por terra, como elementos de fundamental importância para a compreensão do território. A utilização de diferentes escalas e a sobreposição de tais leituras identificam as permanências e transformações pelas quais passou o território ao longo do tempo.

É fundamental ressaltar que as diferentes leituras do território são produto de um esforço de seleção e hierarquização (SILVEIRA, 1999, p. 24). Como bem define Yves Lacoste: *“o que parece assegurado é que, para tudo aquilo que tem uma significância espacial, a natureza das observações que podem ser efetuadas, a problemática que pode ser estabelecida, os raciocínios que podem ser construídos são função do tamanho dos espaços considerados e dos critérios de sua seleção”* (LACOSTE, 1976, p.38). Ou, ainda, conforme preconiza J. BEAUJEU-GARNIER: a escolha dos elementos fundamentais possibilitará a descoberta do complexo de relações (SILVEIRA, 1999, p. 24).

Os termos *seleção/hierarquização* são bastante recorrentes nos discursos do campo do patrimônio e estruturam as atribuições de valor dos órgãos de preservação. A incorporação de diferentes escalas de abordagem nas estratégias de intervenção no patrimônio cultural de Igarassu permite, portanto, a agregação de novos valores, novas seleções e hierarquizações.

Em Igarassu, percebe-se que a compreensão patrimonial associada à idéia de cenografia está bastante presente nos projetos de intervenção relativos ao seu sítio histórico e demais exemplares do seu patrimônio edificado.

A articulação entre análises espaciais em escalas distintas e a questão da atribuição de valor sugere uma nova perspectiva para os trabalhos em sítios históricos. A falta de critério ou mesmo a adoção de critérios que negam a configuração dos arranjos

especiais dos monumentos e a relação construída entre a comunidade e o lugar é uma questão recorrente no âmbito da preservação do patrimônio brasileiro.

COMO PRESERVAR?

Atualmente, o Engenho Monjope encontra-se em processo de restauro pelo governo estadual, por meio do PRODETUR². O engenho Araripe, e os que dele derivam, integram o complexo produtivo da Usina São José e vêm sendo, paulatinamente, ocupados para dar lugar a mais áreas de plantio de cana-de-açúcar. Quanto às estruturas edificadas oriundas do sistema produtivo, os engenhos e as capelas são as permanências mais frequentes. Entretanto, por não terem uso e por estarem totalmente descontextualizadas e isoladas pelas vastas plantações, perderam seus significados de local de encontro, têm reduzido o seu papel de referência cultural para a comunidade.

No caso da preservação dos exemplares do patrimônio industrial no estado de Pernambuco – engenhos - os entraves foram muitos e os instrumentos foram aplicados de forma cautelosa. Por questões políticas, muitas vezes, os pareceres técnicos descreviam de forma genérica e não forneciam informações suficientes para a instrução do processo de tombamento. Em certas ocasiões, alguns dados foram omitidos para fortalecer o discurso e os interesses próprios de uma determinada classe dominante, à qual, muitas vezes, não interessava a preservação dos engenhos. Muitos processos de tombamento de engenhos, cujos proprietários pertenciam famílias influentes, não foram devidamente levantados e estudados devido ao “medo” que se tinha, na época, do tombamento provocar a total destruição do bem, uma vez que estes viam no instrumento de tombamento um possível entrave ao desenvolvimento.

O engenho Megahipe, é um exemplo clássico desse problema. Situado na Zona da Mata Úmida, no município do Cabo de Santo Agostinho, no final de 1920, foi dinamitado pelo proprietário com o objetivo de impedir que fosse realizado o seu tombamento. Dessa forma, a lógica de preservação do bem estava intimamente relacionada às questões políticas. A escolha dos documentos a serem enviados à

² Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo. Os investimentos do Programa são operacionalizados pelo Ministério do Turismo (MTur), que orienta tecnicamente as propostas estaduais e municipais; em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento que atuam como financiadores internacionais. O Programa inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal.

administração central do Iphan pela Superintendência de Pernambuco, portanto, era feita em função do interesse de não levar adiante a instrução de tombamento, o que favorecia as intenções dos proprietários.

As documentações e registros realizados pautavam-se em valores próprios dessa classe dominante e o foco da preservação voltava-se para a arquitetura religiosa. As propriedades de famílias influentes no estado eram inventariadas apenas quando a família demonstrava interesse, reforçando e enaltecendo o poder da classe que tinha voz, que podia escrever e contar sua própria história.

Com efeito, a luta por hegemonia da sociedade do açúcar à da especulação imobiliária estão imbricadas na disputa pela legitimação do poder, tornando a cidade o palco desse enfrentamento. A construção social da memória acaba, à revelia dos interesses dos órgãos públicos responsáveis pela preservação, presa, muitas vezes, à sorte de uma construção histórica contada e modificada segundo interesses hegemônicos.

Assim, muito da cultura produzida por classes que não detinham o poder hegemônico desapareceu. Os exemplos mais significativos de permanência cultural referem-se ao patrimônio imaterial. É o caso dos *maracatus rurais* da Zona da Mata pernambucana, expressão cultural dos trabalhadores dos engenhos que, por meio de apresentações, sobretudo nas festividades de carnaval, confere vida e cor a lugares de memória, hoje pouco valorizados.

NOVOS CAMINHOS

No ano de 2009, surgiram as *Casas do Patrimônio*, com o intuito de estabelecer novas formas de diálogo entre o Iphan, as instâncias locais e a sociedade civil, conferindo visibilidade às atividades de rotina e práticas institucionais e fortalecendo o vínculo e reconhecimento da população com o patrimônio cultural. Seguindo esta vertente de mudança de postura, a Superintendência do Iphan em Pernambuco criou, em 2010, as Casas do Patrimônio do Recife, Olinda e Igarassu, esta última situada no Sobrado do Imperador, no sítio histórico do município. Aos poucos, as relações do Iphan com a municipalidade de Igarassu vêm se estreitando.

É o caso, por exemplo, de atividades que vêm sendo desenvolvidas para a promoção da Educação Patrimonial, que contaram com a participação de professores municipais na elaboração de um roteiro a ser aplicado nas diversas disciplinas. Foram realizadas reuniões com os coordenadores pedagógicos de cada escola para apresentação do projeto de Educação Patrimonial e construção coletiva da metodologia a ser adotada.

A elaboração de *mapas mentais* foi pensada como recurso metodológico, a partir da definição de Kevin Lynch. Tais mapas consistem na imagem mental, produto da percepção imediata no contato com a cidade e das lembranças de experiências passadas (LYNCH, 1999).

Observar como os indivíduos selecionam, hierarquizam e conferem significado aquilo que vêem, a partir da representação gráfica sugere uma possibilidade de interpretação das informações e de orientação de práticas de conservação desses lugares. Desta maneira, o tema significância cultural pode ser abordado e as expressões gráficas podem refletir os valores e significados dos lugares, das comemorações e das práticas sociais em Igarassu.

Como os grupos possuíam integrantes de várias localidades do município e de distintas áreas de formação, o debate acerca dos elementos que seriam representados graficamente foi bastante interessante por ressaltar as dissonâncias na significação cultural de Igarassu. Em um mesmo grupo, alguns professores desconheciam elementos citados por determinados integrantes do grupo, o que despertou o interesse e curiosidade. Esclareceu-se, então, que tal mapa deveria representar o somatório de percepções de Igarassu, em contraposição a uma seleção/escolha das percepções de um único professor.

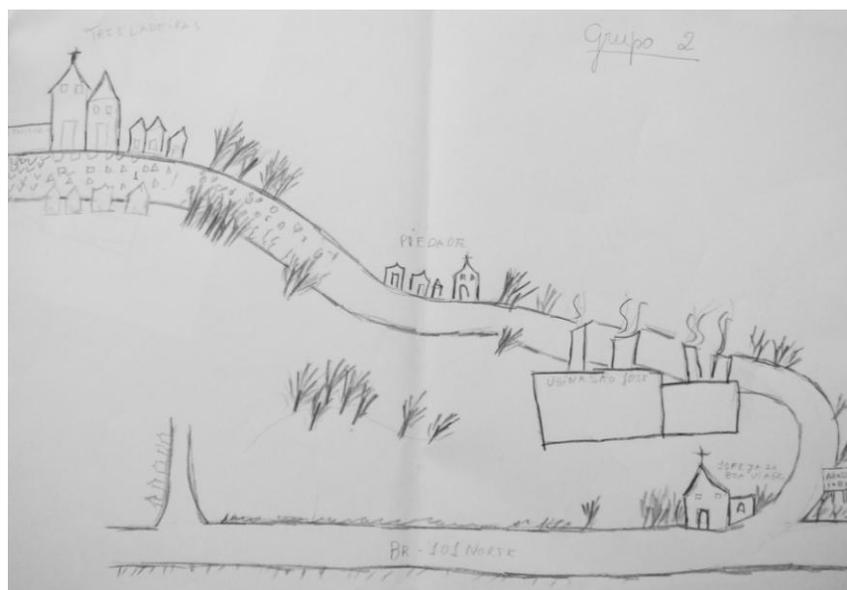


Atividades de Educação Patrimonial: momento de discussão e elaboração dos *mapas mentais*.Foto da autora

A partir da análise das representações gráficas dos oito grupos de professores, destaca-se a presença marcante dos elementos naturais do município: coqueirais, mangues, praias, canaviais, vegetação e cursos d'água. Nos trabalhos elaborados observa-se a predominância do rio São Domingos, antigo rio Igarassu, enquanto

elemento de forte significância cultural. Um dos grupos ressaltou, ainda, a relevância do rio como fonte de renda e alimento dos moradores.

Alguns grupos deram destaque aos engenhos e à área rural do município como espaços de significância e memória, a exemplo do *Grupo 01*, que elaborou uma espécie de fluxograma em que é relacionado o sítio histórico, de compreensão já consolidada no município, a outras áreas de Igarassu. Este trabalho resultou no desenvolvimento de graus de valoração diferenciados entre elementos considerados significantes pela população. Os critérios estabelecidos se relacionam, mesmo sob diferentes bases de interpretação, com os conceitos de *associações e objecto relacionado*, apresentado na Carta de Burra (ICOMOS, 1999). Isto é, a leitura e apreensão da significância cultural de alguns elementos depende das articulações estabelecidas entre as pessoas e o sítio, do mesmo modo que algumas áreas contribuem para o significado cultural de áreas adjacentes. Neste sentido os engenhos se constituem em um caso exemplar, uma vez que são elementos estruturadores do território, vinculados ao seu processo histórico de formação e, até hoje, constituem referências socioculturais que fundamentam a existência de Igarassu e de seu patrimônio cultural.



Mapa mental produzido pelo Grupo 02 na oficina realizada em agosto de 2011. **Fonte:** Oficina de Educação Patrimonial, Casa do Patrimônio de Igarassu, agosto, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do patrimônio cultural de Igarassu assume novos contornos quando são considerados os sistemas decorrentes das articulações efetuadas entre os engenhos de açúcar em seus distintos âmbitos e, sobretudo, a partir da incorporação das percepções dos moradores sobre o lugar e de abordagens interdisciplinares que ampliam e enriquecem o próprio conceito de patrimônio.

Considerar as diferentes dimensões espaciais e fenômenos de diversas naturezas na atribuição de valor e em estratégias de preservação é algo inovador e possibilita um entendimento da complexidade envolvida na gestão patrimonial.

São as percepções que constroem as lembranças, conceito que deriva do significado da palavra em francês – *se souvenir* (lembrar-se): vir à tona o que estava submerso (BOSI, 2006, p. 46). Desta maneira, a partir dos processos de associações e representações constroem-se as lembranças, e essas, por sua vez, interferem as percepções, gerando um ciclo contínuo. Identificar tais ciclos e incorporá-los nas políticas públicas representa um novo caminho, provavelmente, mais eficaz e democrático para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Compreender Igarassu de forma mais abrangente, enquanto território e as lógicas de poder que o regem, pode oferecer uma nova perspectiva ao processo de patrimonialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Australia ICOMOS. The Burra Charter, 1999. Disponível em: <<http://www.icomos.org/australia/burra.html>>. Acesso em 05 nov 2007(Tradução para português de ARAÚJO, António de Borja. Disponível em: <<http://www.quintacidade.com/wpcontent/uploads/2008/03/carta-de-burra.pdf>> Acesso em 04 dez. 2010).

BRASIL. *Decreto-lei nº 25 de 1937*. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BOSI, Ecléa. – *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Apresentação, Introdução e Capítulo 1.

NETO, Guilherme Jorge Paes Barrêto. *Informações Municipais*. Igarassu: Museu Histórico de Igarassu, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da Escala. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Correa, R.L.(org.). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Vol. 1-10, 2.ed. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.

CURY, Isabelle. (Org). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FERREZ, Gilberto. *Velhas Fotografias Pernambucanas 1851-1890*. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – IPHAN, 2005.

IPHAN. *Rotas da Alforria: trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira/BA*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

_____. *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009*. 5. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

_____. *Levantamento Cadastral e pesquisa histórica da Santa Casa da Misericórdia de Igarassu*. Recife, 2010a.

LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed, Campinas, SP: ed. Unicamp, 2003, p. 523-539.

MARIUZZO, Patrícia. *Trens e cana-de-açúcar: engenhos e ferrovias são o testemunho das primeiras atividades industriais brasileiras*. Patrimônio Revista Eletrônica do Iphan: Dossiê Herança cultural n 04, 2006. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/secao.php?id=1&ds=18>. Acesso em 20/04/2012.

MOTTA, Lia. *Entorno de Bens Tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

PERNAMBUCO NAÇÃO CULTURAL. *Patrimônio de Pernambuco: materiais e imateriais*. Recife: FUNDARPE, 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território* nº 6, 1999. pp.21-28.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *The Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier, 2005.